

# A escravidão africana nos romances de Camilo: algumas pistas

Paulo Motta Oliveira<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo pretende analisar a presença da escravidão em dezoito romances de Camilo Castelo Branco.

**Palavras-chave:** Camilo Castelo Branco. Escravidão. Literatura e História. Romance oitocentista.

**Abstract:** This article intends to analyze the presence of slavery in eighteen Camilo Castelo Branco's novels.

**Keywords:** Camilo Castelo Branco. Slavery. Literature and History. 19<sup>th</sup> century novel.

---

<sup>1</sup> Professor Titular da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo/SP, Brasil. Pesquisador do CNPq. Este artigo é fruto do projeto de pesquisa "A escravidão nos romances oitocentistas: uma memória quase olvidada", apoiado pelo CNPq. E-mail: pmotta@usp.br. ORCID: 0000-0001-8351-467X

## Os escravos nas narrativas ficcionais oitocentistas

Apesar de a escravidão estar presente em várias narrativas brasileiras e portuguesas publicadas no século XIX, o estudo de suas representações em romances oitocentistas de língua portuguesa não possui uma fortuna crítica significativa.

Lançado em 2018, o *Dicionário da escravidão e liberdade*, organizado por Lilia Moritz Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes, é composto por 50 textos críticos sobre o tema. No prefácio à obra, Alberto da Costa e Silva afirma: “Poucas áreas do conhecimento histórico experimentaram, nos últimos cinquenta anos, avanços tão expressivos quanto as dedicadas à escravidão nas Américas e ao tráfico transatlântico de escravizados” (COSTA E SILVA, 2018, p. 11).

Se o livro demonstra este avanço, ele também indica que o mesmo não ocorreu com o estudo das representações da escravidão nas narrativas ficcionais<sup>2</sup> brasileiras do século XIX. Há apenas um ensaio sobre este tema: “Literatura e escravidão”, de Sidney Chalhoub, a que mais tarde voltaremos. Parece, assim, que o que foi afirmado em 1956 por um dos primeiros estudiosos sobre o tema do *negro na literatura brasileira*, continua válido: “pode-se estranhar que ainda não tenha aparecido um estudo completo sobre o papel do negro num setor importante da cultura brasileira como é o da literatura” (SAYERS, 1958, p. 15)<sup>3</sup>.

Nas pesquisas que realizei, encontrei poucas outras obras com esta perspectiva mais abrangente, em que o tema da escravidão na literatura é abordado. Geralmente são livros sobre a presença do *negro* na literatura brasileira, vários escritos por pesquisadores estrangeiros, e em apenas um deles são abordadas diretamente as representações ficcionais da escravidão: *O escravo de papel*, de Marília Conforto<sup>4</sup>. Se no Brasil são, assim, poucos os textos que tratam de forma mais abrangente da presença da escravidão nas narrativas oitocentistas, em Portugal este tipo de pesquisa parece não existir. Até hoje não encontrei nenhum texto crítico que aborde o conjunto das obras que tratam deste tema, apenas textos sobre obras específicas, em especial *O escravo* de José Evaristo de Almeida<sup>5</sup>.

Penso que esta diferença de tratamento se deve à presença muito mais frequente de escravos nas narrativas brasileiras. Muito provavelmente isto ocorre

---

<sup>2</sup> Considero como *narrativas ficcionais* não só os romances, mas também os contos ou conjuntos de narrativas articuladas em uma única obra.

<sup>3</sup> Utilizamos a tradução feita por Antônio Houaiss. Na primeira edição do livro o trecho era: “one may well wonder that there has as yet been no complete study of the Negro’s role in such an important subdivision of the culture of Brazil as its literature” (SAYERS, 1956, p. 8).

<sup>4</sup> As demais obras que encontrei são *Race and color in Brazilian literature* de David Brookshaw, *Black characters in Brazilian novel* de Giorgio Marotti (tradução de *Il Negro nel romanzo brasiliano*) e *O negro e o romantismo brasileiro* de Heloisa Toller Gomes.

<sup>5</sup> Entre outros, CASTRILLON, 2010 e LOPES, 2010.

pois o processo de abolição da escravatura é bastante distinto nos dois países. No século XVIII, durante o período pombalino, a escravidão foi abolida na metrópole, mesmo tendo sido mantida nas colônias até 25 de fevereiro de 1869<sup>6</sup>. Já no Brasil, como sabemos, isto só ocorreria com a *lei áurea* de 13 de maio de 1888.

Em função destes processos distintos, a forma como os escravos aparecem nas narrativas literárias é bem diversa em Portugal e no Brasil. No caso do primeiro, os escravos só poderiam ser personagens ou em narrativas que abordavam um período anterior às leis pombalinas, ou que se passassem nas colônias portuguesas ou em outros países em que a escravidão ainda existia. Já no Brasil a escravidão existiu até finais da década 80 do século XIX, e assim, como aponta Marília Conforto, já nos primeiros romances brasileiros “o cativo negro fez [...] parte da paisagem social, do pano de fundo que compunha a trama” (2012, p. 24). São inúmeras as narrativas em que, com importâncias diversas, os escravos aparecem no Oitocentos brasileiro. Já em Portugal elas são bem mais raras. Numa primeira aproximação, em texto que publiquei há cinco anos<sup>7</sup>, havia apontado as seguintes obras, além do já referido *O escravo: A virgem da Polônia* de Rodrigues Bastos, *Os mistérios de Lisboa* de Alfredo Hogan, *Helena* de Almeida Garrett e *Ouro e crime! Mistérios de uma fortuna ganha no Brasil* de Eduardo Tavares. Em todas elas a parte do enredo em que existem escravos não ocorre em Portugal. Em *A virgem da Polônia* os capítulos que tratam do tema ocorrem nos Estados Unidos, em *Os mistérios de Lisboa* se passam em Goa. Todo o enredo de *O escravo* se desenvolve em Cabo Verde, enquanto os de *Helena* e *Ouro e crime* são ambientados no Brasil.

No fim de seu capítulo publicado no *Dicionário da escravidão e liberdade* acima referido, Sidney Chalhoub afirma: “É preciso relativizar a percepção de que a literatura brasileira do século XIX pouco se ocupava do tema da escravidão. Parte do problema é a fixação em autores e obras canônicas, sem atenção devida ao que ficou legado ao esquecimento ou à periferia do processo de canonização literária” (2018, p. 400-401).

Pela análise que até agora fiz, parece-me que esta afirmativa não é totalmente válida para a literatura brasileira<sup>8</sup>, mas ela parece ser perfeitamente aplicável às narrativas portuguesas, pois, de todos os autores que citamos, apenas Garrett pode ser considerado como canônico, mas, mesmo no seu caso, o romance em que a escravidão aparece é uma obra inacabada, bem pouco trabalhada pela crítica. Se os escravos parecem ser raros na literatura portuguesa – mas não na produção camiliana, como veremos –, o tema da escravidão acaba por ser mostrada de outra forma: através da presença de negreiros. Um dos mais

---

<sup>6</sup> Sobre este processo, a que ainda voltaremos, ver MENDES, 2016 e RODRIGUES, 2007.

<sup>7</sup> Ver OLIVEIRA, 2018.

<sup>8</sup> Lembremos aqui três obras de escritores canônicos em que os escravos estão presentes: *Memórias póstumas de Brás Cubas*, *A escrava Isaura* e *As vítimas algozes*.

significativos exemplos é o “papá Monforte” de *Os Maias*. Na ficção camiliana encontraremos alguns outros.

## A escravidão nos romances camilianos

Dada a escassez de estudos sobre a presença da escravidão nas narrativas oitocentistas – mesmo em bons dicionários, como o *Dicionário do romantismo literário português*, organizado por Helena Carvalhão Buescu, não há verbetes sobre o tema –, para analisar essa questão nos romances e narrativas de Camilo Castelo Branco julguei ser necessário fazer um levantamento exaustivo. Para definir o *corpus* com que trabalharia achei pertinente utilizar a perspectiva apontada no *Dicionário de personagens da novela camiliana*, ou seja, escolher os romances<sup>9</sup> “que mais claramente davam corpo a um universo ficcional, composto em função de uma ação romanesca e não em função de uma outra acção de dizer que é também presença constante em Camilo: a da projeção autobiográfica.” (FERRAZ, 2002, p. 27). Seguindo esta perspectiva, acabei por escolher além dos livros abordados no referido dicionário, quatro outros que não foram nele analisados: *O carrasco de Victor Hugo José Alves*; *Maria, não me mates que sou tua mãe*; *Cenas inocentes da comédia humana* e *Um livro*. Os dois primeiros são, sem via de dúvida, narrativas ficcionais. O terceiro é um conjunto de narrativas curtas, algumas ficcionais, outras de cunho histórico. No quarto, após um conjunto de poemas que ocupa a maior parte do volume, há um texto ficcional, “Vinte dias de agonia”, que incluí no *corpus* que analisei.

No total, consultei 59 obras de Camilo<sup>10</sup>. Devemos notar que 30 das obras que analisei apresentam pelo menos uma indicação sobre a escravidão. Assim – o que como indiquei, é raro –, estamos diante de um escritor canônico que trata deste tema de forma frequente.

Mesmo conhecendo há muito a obra de Camilo, não esperava um número tão significativo de romances que abordam o tema da escravidão. Dado o vasto material, impossível de abordar em sua totalidade num único artigo, optei por dividi-lo em conjuntos que possuem algumas afinidades. Trata-se de uma divisão preliminar, que só com o desenvolvimento da pesquisa poderei saber se é ou não pertinente. Separei, assim, as narrativas em três grupos: as que possuem

---

<sup>9</sup> Utilizo o termo “romance” pois há, geralmente, uma desvalorização das narrativas que são designadas como novelas. Saraiva e Lopes, na *História da literatura portuguesa*, consideram que a novela é uma “narração unilinear de 100 a 150 páginas” (SARAIVA; LOPES, 1982, p. 847). Por seu turno, Jacinto do Prado Coelho, em sua *Introdução ao estudo da novela camiliana*, aponta que o romance seria “mais criador, mais construído, redondo [...] enquanto a novela é linear” (COELHO, 1982-1983, v. 2, p. 298). Assim, considerar Camilo como um novelista, e não como um romancista, é transformá-lo num autor de uma forma menor.

<sup>10</sup> Considerarei como uma única obra mesmo as compostas por várias narrativas, como ocorre, por exemplo, com *Doze casamento felizes* e *Novelas do Minho*.

personagens escravos que não são de origem africana; aquelas em que os personagens de origem africana ou os ligados a seu tráfico não ocupam um papel importante; e aquelas em que os citados personagens possuem um papel significativo em um trecho ou no conjunto do enredo. Abaixo indico os livros que participam de cada um dos grupos que designei respectivamente como grupos 1, 2 e 3.

Grupo 1: *O demônio do ouro, O olho de vidro, O santo da montanha.*

Grupo 2: *A brasileira de Prazins, A queda dum anjo, Cenas contemporâneas, Cenas inocentes da comédia humana, Coisas espantosas, Coração, cabeça e estômago, Estrelas propícias, Eusébio Macário, Memórias de Guilherme do Amaral, Mistérios de Lisboa, Novelas do Minho, O esqueleto, O que fazem mulheres, O regicida, Os brilhantes do brasileiro, Um homem de brios, Vingança, Vinte horas de liteira.*

Grupo 3: *A caveira da mártir, A filha do doutor negro, A mulher fatal, A neta do arcediogo, Anos de prosa, Carlota Ângela, O carrasco de Victor Hugo José Alves, O judeu, O senhor do paço de Ninães.*

Temos, assim, respectivamente 3, 18 e 9 obras em cada um dos grupos. Optei por começar pelo conjunto com mais obras, o segundo, que analisarei neste artigo, deixando para momentos futuros o estudo dos outros livros.

## A escravidão africana como pano de fundo

Na maioria dos livros que analisarei neste artigo os escravos, ou os outros personagens ligados ao tráfico negreiro, servem como um *pano de fundo* para a trama, como havia apontado Maria Conforto para os romances brasileiros. Tentarei abordar algumas características que podem aproximar diferentes obras.

Em dois romances os escravos aparecem como uma propriedade, equivalente a outros bens. Em *Estrelas propícias* temos o seguinte diálogo:

— Em que consiste a fortuna de Fernando? — interrompeu Gastão com mal disfarçada zanga.

— Em terras, dinheiro, escravos, navios e prédios — respondeu Zuzarte<sup>11</sup>. (CASTELO BRANCO, 1985, p. 271).

Em “O Degredado”, quando João Evangelista volta de seu degredo em Moçambique, é afirmado: “Em 1852, liquidados os bens e os escravos, que perfizeram centena e meia de contos, veio para Portugal” (CASTELO BRANCO, 1988, p. 337-338).

Devemos notar que esta perspectiva, que transforma os escravos em objetos ou animais, não é incomum nas narrativas brasileiras. Um bom exemplo deste ponto de vista pode ser encontrado em *O ermitão de Muquém* de Bernardo

---

<sup>11</sup> Zuzarte é um disfarce utilizado por Fernando quando, vindo do Brasil onde vivia, vai visitar a sua família, que residia em Portugal e não o conhecia.

Guimarães: “Os romeiros também vendem aos negociantes destas duas cidades, e aos de Minas e S. Paulo, grande quantidade de couros, solas, animais cavалares, redes fabricadas pelos índios, escravos, ouro em pó e diamantes.” (GUIMARÃES, 1875, p. XVIII).

Em vários outros livros os escravos são considerados mais especificamente como mercadorias, momentos em que, algumas vezes, é feita referência ao tráfico negreiro.

Em *Cenas contemporâneas* o narrador indica: “O Sr. Visconde do Prado adscreeveu a imoralidade do Governo à imoralidade da sua fortuna. Como ela foi adquirida, di-lo-iam as costas de África se os sertões contassem os horrorosos dramas da escravatura, em que o Sr. Visconde foi herói.” (CASTELO BRANCO, 2001, p. 356).

Por seu turno, em *Vingança* o poeta – personagem que já havia aparecido em *Onde está a felicidade?* e *Um homem de Brios* –, tecendo considerações sobre os brasileiros, afirma:

Quem pergunta onde tal homem teve feitoria de escravos? Quem lhe pede contas das colónias que mandou comprar nos mercados da sua terra?

Ninguém tem a crueldade de ferir com suspeitas, ou ainda com alusões certeiras, a reputação dum homem, que estreou o seu amor à pátria, esmolando para um asilo de caridade as migalhas que os jornais, trombetas dos modernos fariseus, anunciaram ontem. Enxuga muitas lágrimas, dizem eles; e as de sangue, que eles fizeram chorar, quem as enxuga? O soro das glândulas lacrimais do preto não é pranto de homem; o azorrague que avergoa as espáduas do escravo faz espirrar sangue, e não lágrimas. (CASTELO BRANCO, 1983, p. 1098).

Em *Coisas espantosas* temos o trecho: “Entretanto, Eduardo, que dizia a sua mulher seguir a rota do Brasil, foi para a África, iniciou-se na tomada de escravos, aventurou-se à fortuna dos sertões, e na pesquisa dela, que tão próspera lhe acenava, foi-a seguindo e internando-se no interior do país.” (CASTELO BRANCO, 1984, p. 661).

Em outros momentos o tráfico de escravos aparece como um desejo, como ocorre em *Mistérios de Lisboa*. Na conversa que tem com o padre Dinis, Pedro da Silveira afirma: “Esperança... tinha uma, mas era ainda uma mentira instantânea... Lembrava-me a América, onde há muito ouro, onde se conquistam grandes posições na Europa, onde se trafica com o género humano, e donde se parte depois a tirar um diploma de homem honesto em Portugal.” (CASTELO BRANCO, 1982, p. 369).

Em outros romances há personagens que são considerados como negreiros. Em *O esqueleto* há uma breve referência a um possível traficante de escravos numa conversa entre dois personagens:

– Este ano tem sido fértil em casamentos. As melhores herdeiras foram empalmadas; mas o melhor dote, que veio para estes sítios, entre Chaves e Vila Real, foi o de Ricardo de Almeida. Cem contos em moeda!

Revelava outro:

– Cem contos de réis a cada filha, sendo três as que tem o tal ricação de Mirandela, negreiro segundo dizem. (CASTELO BRANCO, 1985, p. 1315).

Em *Vingança*, Constantino de Abreu e Lima, personagem a que ainda voltaremos, é assim definido por um guarda-livros: “disseram-me que teve um grande estabelecimento em Buenos Aires, e alguém me disse que o conhecera no tráfico de negros. Penso que foi negreiro.” (CASTELO BRANCO, 1983, p. 1072).

Já em *Mistérios de Lisboa*, quando Alberto de Magalhães chega à capital portuguesa, possuidor de uma grande fortuna, a aristocracia de Lisboa levantou várias hipóteses para a sua riqueza:

Uns queriam que fosse um espião de D. Pedro, dispondo de uma fortuna que devia ser empregada em arruinar o trono e o altar. Outros tinham-o em conta de um aventureiro, que enriqueceu na mercancia ignóbil da escravatura. Este afiançava que ouvira dizer a pessoa fidedigna que esse homem fora pirata nas costas brasileiras. Aquele, com ares misteriosos, dizia que Alberto de Magalhães era filho bastardo de D. João VI e de uma açafata de D. Maria I. (CASTELO BRANCO, 1982, p. 444).

Todas estas hipóteses são condensadas em um outro momento: “Quem saltou da carruagem foi Alberto de Magalhães, filho de D. João VI, espião de D. Pedro, cavalheiro da indústria, contrabandista, negreiro, corsário, enfim tudo o que a boa sociedade de Lisboa queria que ele fosse.” (CASTELO BRANCO, 1982, p. 612).

A possível ligação imagética entre o tráfico negreiro e o contrabando, atividades por vezes associadas a outras similares, aparecerá em vários livros de Camilo. Em *Um homem de brios* isto ocorre com o barão de Bouças, quando tentam explicar a origem desconhecida de sua fortuna:

Os adivinhos mais inspirados na cabalística destas riquezas conhecem não sei quantas artes mágicas, por virtude das quais se dão estes pulos do nada para o pináculo da fortuna.

A respeito do barão de Bouças, se interrogásseis os tais, um dir-vos-ia:

Escravatura branca e negra;

Outro: Contrabando;

Outro: Moeda falsa;

Outro: Moeda falsa, contrabando, escravatura.

Três variantes para explicar as carruagens, as librés, os palácios, as quintas, os mármore, os brilhantes, os títulos, os bailes, as

generosidades, os arrojos, os desperdícios do barão de Bouças. (CASTELO BRANCO, 1983, p. 475-476).

Em *Coração, cabeça e estômago* Silvestre da Silva faz a seguinte referência ao Porto:

Cansei-me de ouvir dizer que a segunda cidade de Portugal é um enxame de moedeiros falsos, de contrabandistas, de mercadores de negros, de exportadores de escravos e de magistrados de alquilaria. Venalidade, crueza e latrocínio são os três eixos capitais sobre que roda, no entender da crítica mordente, o maquinismo social de cem mil almas. (CASTELO BRANCO, 1984, p. 818).

Imagens semelhantes são encontradas em *Anos de prosa*:

No Porto, dão-se as mãos a riqueza e os costumes edificativos, para se justificarem estes por aquela, e a primeira pelos segundos. A indústria é a de hoje: os costumes são os de há um século. O chefe de família poderá ser moedeiro falso, negreiro aposentado com exercício na casa real, aliciador de escravos brancos, contrabandista tolerado; mas a filha desse homem da época vive intemerata como a filha de Virgínio; cuida que seu pai, recolhendo a casa encalmado e suado, vem de servir a pátria como Cincinato; e, chegada a ocasião de exercitar as virtudes antigas, não duvidará ser Lucrecia, e Lucrecia menos equívoca que a de Colatino. (CASTELO BRANCO, 1984, p. 1070).

Por seu turno, em “O cego de Landim”, um personagem, Amaro Faial, aponta uma diferença entre o tráfico de escravos e outros *comércios*:

A moeda falsa é comércio como qualquer outro, com vantagens em proporção dos riscos. Negócio execrando só conheço um: é o da escravatura. Há também uns negócios que, depois de muitos anos de estafa, não deixam nada: esses chamam-se negócios tolos. Asseverolhes que a riqueza do Sr. Pinto Monteiro não se fez com a escravaria. (CASTELO BRANCO, 1985, p. 271).

Por vezes as referências ao tráfico e à escravidão são sumárias.

Em *A queda dum anjo*, Calisto Elói, num debate sobre importação e direitos de objetos de luxo, afirma em seu discurso: “É a indústria agrícola de Portugal devorada pelas fábricas do estrangeiro; é o braço do artífice nacional alugado à escravidão do Brasil, porque a Pátria não lhe dá fábricas” (CASTELO BRANCO, 1986, p. 872).

Em *Eusébio Macário*, “na mascarada do Teatro de São João” que ocorria na “terça-feira de Entrudo”, Faustino Xavier de Novais, transformado em personagem, faz os seguintes versos para “um máscara desconhecido, trajado de vestes roçagantes de profeta [...] [que] parara diante do Trigueiros”:



Ó profético Ananias,  
Não me bulas co Trigueiros,  
Tem respeito às garantias  
Que lhe dão os seus dinheiros;  
Essas frases que tu chias  
São perdidas com negreiros.  
Não me bulas co Trigueiros,  
Ó profético Ananias. (CASTELO BRANCO, 1988, p. 542-543).

Na narrativa “Três médicos”, de *Cenas inocentes da comédia humana*, composta por uma conversa entre o literato e Guilherme do Amaral, o primeiro afirma:

Ontem à tarde estava eu na *Praça de D. Pedro*, e vi passar três equipagens de três nobres. Não conheci os brasões, e importunei um amigo pedindo-lhe a significação heráldica das armas, que eu não tinha visto na sala de Sintra. O meu amigo contou-me três histórias, justamente três histórias como o doutor negro as contara a Stello. A primeira foi a de um fabricante de moeda falsa; a segunda dizia respeito a um negreiro; a terceira era a crônica de um assassino, que sepultara nos subterrâneos do seu palácio, que fora convento, a ossada de um hóspede, e o segredo de dois milhões de cruzados. Eram as lendas dos três brasões. Recolhi-me, como o simpático herói de A. de Vigny, e meditei, como meditam todos os filósofos que não têm carruagem, sobre a história da carruagem dos negreiros, dos moedeiros falsos, e dos assassinos (CASTELO BRANCO, 1991, p. 1092-1093).

Nas *Memórias de Guilherme do Amaral*, Virgínia faz a seguinte descrição do Brasil: “região de ouro e dos escravos” (CASTELO BRANCO, 1985, p. 422), muito próxima da presente na história de Manuel da Mó, de *Vinte horas de liteira*: “Manuel casou, e achou-se de sobra remunerado dos dissabores de um ano no país do ouro e da escravidão” (CASTELO BRANCO, 1985, p. 1042).

Em *Eusébio Macário* é afirmado que o barão de Rabaçal, no Brasil, “vendera-se a uma viúva decrépita, rica e devassa, que lhe deixara moagens, fazendas, o casco de sua fortuna” (CASTELO BRANCO, 1988, p. 502). Moagens e fazendas, em nosso país, funcionavam graças ao trabalho escravo. A escravidão está, assim, neste romance, na base do dinheiro deste brasileiro.

Encontramos em *O regicida* e em *A brasileira de Prazins* apenas uma rápida referência a escravos. No primeiro caso a cena inclui o personagem principal do livro, Domingos Leite Pereira; no segundo é citado Feliciano, o marido de Marta, e a cena se passa no período em que ele ainda estava no Brasil. Os dois episódios são abaixo indicados:

A criança, apesar do repelão, olhava para o pai com a mesma jovialidade. Domingos Leite, que parecia buscar a quem entregasse a menina, parou de repente, aconchegou-a do peito, beijou-a, lavou-a de

lágrimas, e, soluçando no seio dela, queria talvez evitar que a mulher lhe ouvisse os gemidos. Deteve-se largo espaço assim, até que uma escrava, passando acaso, o surpreendeu naquele lance. Como vexado da sua fraqueza, Leite Pereira entregou a menina à negra, e, enxugando o rosto, voltou ao quarto onde Maria Isabel estivera em rogos à Virgem, sem todavia saber que socorros lhe cumpria pedir. (CASTELO BRANCO, 1987b, p. 650).

Chegara aos quarenta e sete, ao outono da vida, sem ter amado. Nunca se conspurcara nos latibulos da Vénus vagabunda. A sua virgindade era admirada e notória; depunham a favor dela os seus caixeiros, os feitores, e – o que mais é – as suas escravas. Os seus patrícios devassos chamavam-lhe o Feliciano *Pudicício*. (CASTELO BRANCO, 1988, p. 791).

Por seu turno, em *Os brilhantes do brasileiro* encontramos uma referência também rápida a um traficante de escravos, quando Pantaleão Mendes Guimarães é assim descrito: “quarenta e cinco anos, capitalista, armador, antigo negreiro e 'engajador' moderno” (CASTELO BRANCO, 1987a, p. 897).

Todos estes breves apontamentos sobre a escravidão que aqui fizemos, por mais que não sejam importantes para o desenvolvimento das intrigas nos livros referidos, por sua acumulação mostram que Camilo efetivamente cria um *pano de fundo* bastante arguto sobre a sociedade portuguesa oitocentista. Se não existem escravos no Portugal do século XIX, a presença da escravidão parece ser, no país, recorrente. Vários portugueses devem a sua fortuna ao tráfico negreiro ou à posse, em algum momento, de escravos. Como efeito deste fato, no imaginário do período, estas atividades são consideradas como uma forma possível de enriquecimento, fazendo, com isto, que o desconhecimento da origem de algumas fortunas leve à suposição de que elas podem advir do tráfico, como ocorre com Alberto de Magalhães, o barão de Bouças e o ricaço de Mirandela.

Há, porém, outros dois aspectos importantes de serem apontados nas obras que nos propusemos a analisar neste texto, e que ainda não tratamos.

O primeiro deles é que em três livros temos senhores que libertam ou tentam libertar os seus escravos.

Em *O que fazem mulheres* temos o seguinte trecho:

João José Dias adquiriu com exemplar probidade os seus bens de fortuna.

Foi bom filho.

Levou a honra comercial ao primor de embolsar credores roubados pelos sócios que o roubaram a ele. [...]

Nunca teve escravos, comprados ou alugados: remiu alguns na decrepitude, e deu-lhes uma cama onde o último instante da vida lhes fosse o primeiro de bem-estar.

Que mais virtudes querem, ou maiores encômios a um bom carácter? (CASTELO BRANCO, 1983, p. 1257-1258).

Em *Vingança*, o já referido Constantino de Abreu e Lima, que havia sido condenado ao exílio em Cabo Verde por ter falsificado documentos, consegue de lá fugir, vai para o Brasil e passa a utilizar o nome de Macário Afonso. Em nosso país encontra um meio-irmão, filho bastardo de seu pai, que havia ido para Buenos Aires e lá enriquecera. Depois deste encontro, Macário “Associou-se comercialmente com o que fora na Bahia seu patrão. Decorridos três anos, morre o sócio, instituindo[-lhe] seu universal herdeiro” (CASTELO BRANCO, 1983, p. 1138). É neste momento que ocorre a cena que nos interessa:

Retirado do comércio, foi viver em uma chácara de seu irmão, e dedicou-se à leitura, à agricultura, e à solidão quase completa.

Ao cabo de doze anos pouco possuía da herança.

Consumira-a comprando escravos para a liberdade: aos velhos dava imediatamente carta de alforria, às crianças educava-as, e dotava-as com terras incultas, ensinando-as a cultivarem-nas. (CASTELO BRANCO, 1983, p. 1139).

O irmão de Macário enviúva e, como não teve filhos, ao morrer seu único herdeiro é Macário, que, desta forma, é recompensado por sua bondade.

A terceira obra em que uma situação similar acontece é *Estrelas propícias*. Nela Antônio de Azevedo Barbosa e Corina da Soledade se apaixonam. O casamento é, de início, impossível, pois ele é filho de um pequeno proprietário, e ela de um fidalgo. Ele vai para o Rio de Janeiro, e passa a trabalhar com um velho advogado português, Valentim da Costa, que depois o transforma em seu sócio. Devido a vários incidentes que não é necessário aqui esmiuçar, Corina vai para o Brasil, acompanhada de sua irmã e de seu cunhado, e lá Antônio e Corina se casam. O trecho que nos interessa é o momento em que Vicente se propõe a morar com o casal, a quem trata de filhos:

Querem-me os meus filhos trazer para sua casa? Eu estou por ali sozinho naquela rua do Ouvidor, muito rica, e muito bulhenta. Tenho lá três pretos e três pretas a quem quero dar a liberdade, e os diachos não a querem! Olhem que é forte mania a dos que dizem que a escravidão é o antagonismo permanente com a ideia de Jesus! Se os meus pretos fossem novos, e eu lhes desse liberdade, os pobrezinhos, em vez de irem aos seus sertões respirar ar livre, assoldavam-se a senhor que os carregava de trabalho; ora, como os meus escravos são velhos, os coitados não querem a liberdade, que para os de sua espécie é uma palavra vã. Pois se eu me não posso, nem devo desfazer deles, peço-vos que mos deixeis trazer comigo para a vossa companhia. (CASTELO BRANCO, 1985, p. 308-309).

Quando Vicente está morrendo, ele mostra o seu testamento, em que deixa tudo para o casal, e um texto em que sugere que os dois retornem a Portugal:

No final da leitura, Valentim fez um vão esforço de levantar os braços para receber os dois filhos que se achegaram ao seio dele. Os escravos tinham entrado todos de roldão, e beijavam-lhe os pés por cima da coberta. O agonizante relanceou os olhos de sobre eles para a face de Azevedo, e murmurou:

— Serão vossos amigos também... Levai-os... Os pobrezinhos morreriam de saudade... e miséria. (CASTELO BRANCO, 1985, p. 315-316).

### Antônio e Corina levam com eles os escravos para Portugal:

Passados seis meses, à porta do quinteiro de uma pequena granja, vizinha de Barcelos, parou uma liteira, donde apearam Antônio de Azevedo e Corina da Soledade. Logo em seguida, chegaram algumas cargas, acompanhadas por negros [...]. Das três escravas, uma só resistira à saudade do senhor; os pretos viviam todos, amparados pelo bom tracto dos novos amos. (CASTELO BRANCO, 1985, p. 317).

Penso que algumas considerações são necessárias. Nestas três obras encontramos aspectos que se aproximam de posturas que podemos considerar como abolicionistas. Se não temos um manifesto pelo fim da escravidão – o que, por sinal, não poderíamos esperar de um escritor como Camilo<sup>12</sup> –, temos senhores que, de forma pessoal e deliberada, dão a liberdade para seus escravos.

Se pensarmos em termos históricos, devemos notar que as duas primeiras obras foram publicadas no mesmo ano, 1858, e a terceira em 1863. Ora, se ao longo do século XIX algumas leis foram diminuindo a amplitude do trabalho escravo nas colônias, como a de 17 de novembro de 1835, que proibiu o tráfico de escravos, uma delas é contemporânea da publicação dos dois primeiros romances: em 29 de abril de 1858, foi decretado que todos os escravos seriam livres vinte anos depois da publicação da lei. A escravidão foi abolida, como acima indicamos, pelo decreto de 25 de fevereiro de 1869 (Cf. RODRIGUES, 2007). Certamente o fim da escravidão deveria ser um tema discutido no período. Não pudemos, ainda, pesquisar qual impacto ele teve na imprensa portuguesa da época, mas talvez tenha sido um dos motivos que pode ter levado Camilo a incluí-lo nestes três romances, atento, como era, aos acontecimentos que o cercavam. Afinal, ele foi, como considerou Alexandre Cabral, “um repórter de seu tempo” (1984, p. 25).

Mas, creio, um outro aspecto talvez possa ter tido uma maior influência.

---

<sup>12</sup> É de todos conhecida a falta de caráter político de Camilo, que apoiava de forma fugaz causas totalmente inconciliáveis. Um de seus primeiros críticos, Teófilo Braga, notou muito bem essa sua faceta: “Colabora ativamente nos jornais políticos e literários [...], mas sem convicções políticas, nem doutrinas literárias. Aqueles que o julgavam um convicto setembrista, ficaram descorçoados quando o viram em 1851 celebrar em uma ode o casamento de D. Miguel, com o título *Salvé Rei!* E quando os miguelistas imaginavam ter ali um caudilho, indignaram-se ao verem Camilo cantar em verso em 1853 a morte de D. Maria II. Quando os padres suspeitavam ter em Camilo um Veuillot para a polêmica reacionária, ele em 1850 tomava parte a favor de Herculano na questão bizantina do milagre de Ourique” (BRAGA, 1892, p. 255-256).

Havia sido publicado, em 1852, *Uncle Tom's Cabin* de Harriet Beecher Stowe, livro que se transformou, rapidamente, em um sucesso mundial. Como afirma Danilo José Zioni Ferretti:

A recepção desse romance foi marcada por reações extremas e de amplitude internacional. Entre o público dos estados escravistas do Sul dos EUA, ele gerou uma reação predominantemente negativa, suscitando nada menos que um ciclo de 29 romances críticos, os chamados romances “Anti Tom” [...]. Mas *A Cabana do Pai Tomás* foi, acima de tudo, um incomparável catalisador do entusiasmo antiescravista, dentro e fora dos EUA. O livro se tornou um dos maiores sucessos editoriais de todo o séc. XIX chegando, nos primeiros meses após a sua publicação, a um número de vendas, no Norte dos EUA, de cerca de 310 mil cópias. Somente em 1853, atingiu mais de um milhão e meio de exemplares vendidos na Inglaterra [...]. Trata-se do fenômeno chamado pelos contemporâneos de “Tom Mania”: a difusão transnacional massiva, ao longo dos anos 1850, de várias edições do romance (38 na Inglaterra, 15 em espanhol, 11 em francês, 5 em português, 4 na Rússia, dentre outros), mas também de traduções e adaptações a diversos idiomas, linguagens e suportes materiais, tais como o folhetim, o teatro, a pintura, a canção, os *minstrel shows*, bibelôs, jogos infantis, etc. (FERRETTI, 2017, p. 192).

O livro foi rapidamente traduzido para o português, sendo a mais luxuosa edição a feita em 1853, em Paris, pela Rey et Belhatte, casa editorial que publicou outros livros em português no período<sup>13</sup>. Além desta, como indica Ferretti, existiram no período outras quatro edições. Podemos, assim, supor que este pode ter sido um dos motivos que levaram Camilo a abordar, nos três livros indicados, o tema da libertação de escravos.

O segundo aspecto que creio ser importante abordar é a representação da forma cruel como os escravos eram tratados. Este tema, habitual na literatura brasileira, como ocorre por exemplo em *As vítimas algozes*, também está presente em alguns dos livros portugueses que tratam da escravidão. Vejamos alguns exemplos.

Em *Os mistérios de Lisboa* de Alfredo Hogan, no relato que, em Goa, um escravo faz a João de Sá, temos, entre outros, o seguinte trecho:

[...] quando eu tinha seis anos venderam-me a um inglês, que depois me vendeu a este senhor que hoje tenho! A este homem que tão mal nos trata, e que se enriquece à custa das nossas lágrimas! Não ouvís de noite alguns gritos e gemidos? Pois são de alguma de minhas pequenas companheiras, que procura fugir à violência brutal desse homem... e a

---

<sup>13</sup> Abordei o tema dos livros em português publicados no século XIX na França em alguns textos, entre os quais destaco o que foi publicado em 2016, e que teve uma versão em inglês, com algumas alterações, publicada em 2017.

mais velha dessas pobres raparigas, que vieram há pouco tempo, talvez não tenha ainda doze anos!!

E se algum de nós levanta a voz para implorar por elas, não vedes que é logo retalhado à faca, esfregando-o depois com vinagre e sal? (HOGAN, 1852, v. 3. p. 120).

Em *O escravo* são inúmeros os trechos que se referem a esta crueldade. Um dos mais significativos é o relato da história de Júlia. Escrava, aos treze anos teve de ceder aos desejos de seu proprietário, Jerônimo Pimentel, que ameaçou matá-la se ela não o fizesse. Ela tem um filho de Jerônimo e, depois disso, tendo Júlia perdido o “frescor e viço que lhe valeram a escolha de Pimentel, este esqueceu-a” (ALMEIDA, 1989, p. 72). Ela se apaixona por Luís, “jovem preto, escravo como ela” (ALMEIDA, 1989, p. 72). Pimentel volta a se interessar por ela anos depois, e a obriga a “acolher novamente as [suas] torpes carícias” (ALMEIDA, 1989, p. 72). Luís foge, e oito meses depois Júlia tem um filho dele. Pimentel, ao ver a criança, percebe que ela não é sua e, para se vingar da amante, “Mandou amarrar sobre o leito a infeliz Júlia, para que assim não pudesse resistir aos escravos, a quem ordenou saciassem seus desejos brutais” (ALMEIDA, 1989, p. 73).

Já em *A virgem da Polônia*, quando vai a Nova York, Arthur, o pai de Maria – a virgem referida no título – compra uma família de escravos brancos e os liberta. Eles o acompanham até a hospedaria em que estava. Temos, em seguida, o trecho abaixo:

[Arthur] mandou vir alguns vestidos dos melhores que se achavam feitos, para serem substituídos por eles os que mal cobriam os formosíssimos corpos, lavrados com as cicatrizes do açoite, que a barbaridade americana aplicava, por levíssimas causas ou sem elas, a seus infelizes escravos,

A pobre mãe, tendo-se recolhido com a filha a uma câmara, [...] e vendo ao sair o compassivo Arthur admirando as cicatrizes de seu filho, lhe disse: e que seria se vós vísseis as feridas, que ainda vertem sangue, da última flagelação desta desgraçada? (apontando para a filha) – E qual foi o motivo? Lhe perguntou Arthur. – Foi o defender a sua virtude de um homem desnaturalizado! [...] E foi ele quem vos mandou vender? Foi. (BASTOS, 1860, p. 18).

Também Camilo, em uma das obras a que já nos referimos, *Estrelas propícias*, apontará a presença desta crueldade. Corina tinha guardados numa gaveta trinta contos que havia recebido como dote de sua irmã. Quando Vicente já morava com ela e seu marido, ocorre a cena abaixo, que começa com uma fala de Vicente:

– Todos felizes! – exclamou o velho, que ouvira atentamente ler as cartas, como se fossem de família sua. – Todos felizes! Só o meu pobre Azevedo ainda a tráfegar para o pão de cada dia! [...] Esta Corina

é uma grande avara! Tem ali na gaveta trinta contos, que ela chama os seus alfinetes de noiva, e não os quer arriscar nas despesas da cozinha! Ora deixa-te estar, minha sovina, que te não hei-de deixar em testamento as minhas três pretas velhas!

— O Antoninho não quer o dinheiro... — disse ela, afagando o cabelo do marido, que ria muito do sainete cômico do velho — Há que tempos — continuou ela — eu não vi o meu tesouro! Vou-lhe desafiar a inveja, doutor, a mostrar-lhe as minhas notas! ora espere...

Foi Corina a uma gaveta de sua cômoda, e voltou pálida, exclamando:

— Ó Antoninho! mudaste o dinheiro da gavetinha do meio?

— Eu nunca soube onde tinhas o teu dinheiro — respondeu placidamente o marido.

— Não está lá... roubaram-mo — bradou ela.

Dias antes tinha fugido uma negra, alugada para a cozinha.

— Seria a preta? — perguntou tranquilamente o bacharel — Pode proclamar-se rainha nas suas senzalas a negrinha! [...]

[Vicente exclama] é necessário anunciar a fuga da ladra, agarrá-la e despedaçá-la com o azorrague!

Antônio de Azevedo ergueu os ombros e sorriu. Corina fitou os seus húmidos e negros olhos em Valentim, e murmurou:

— Despedaçá-la! Coitada da infeliz!

— Essa agora é que não é piedade irrepreensível, menina! — redarguiu o velho — Chama *coitada infeliz* à negra que lhe rouba uma quantia que em Portugal se chama *uma fortuna!*... Eu tomo a negra à minha conta! Há de ser cortada pelo azorrague!

— Não deixes, Antoninho! — clamou Corina, tomando-lhe o rosto entre as mãos.

— Não deixo, não, filha. O doutor está feroz; mas aquilo passa-lhe.

— Ora, senhores — tornou o velho trejeitando espanto — O nome, que isso tem em boa hermenêutica, é *fomentar o crime!* A sociedade não se serve assim! É preciso que cada qual contribua com o cautério para lhe extirpar os cancros que a corroem.

— Parece que está no tribunal, doutor! — disse Azevedo — A velha eloquência é ainda brilhante; mas a lei nova, a lei do justo que os fariseus azorragaram, manda cair o azorrague das mãos do ofendido, e castigar moralmente o culpado.

— Moralmente! — retorquiu o doutor — Com que então você crê no moral dos negros?!

— Creio na alma dos negros.

— Isso é uma impiedade!

Azevedo riu-se, e, por momentos, duvidou do concerto intelectual do velho. (CASTELO BRANCO, 1985, p. 310-312).

Também o leitor duvida de seu *concerto intelectual*. Como poderia Vicente, que queria libertar os seus escravos, propor algo tão cruel? O narrador, porém, dissipará a dúvida, mostrando que o velho apenas simula ser assim:

Mas, a esta injuriosa dúvida, ergueu-se o velho, e caminhando para eles, com os braços abertos, exclamou:

— Não caluniemos a negra, meus filhos! Abraçai-me, anjos! Eu quis experimentar a vossa caridade! Abraçai-me santos da honra e da misericórdia, que os vossos trinta contos quem os furtou fui eu! (CASTELO BRANCO, 1985, p. 312).

Assim, de forma hábil, Camilo faz seu narrador ao mesmo tempo mostrar como os negros são tratados e apontar que os seus personagens, mesmo conhecendo este tratamento, não concordam com estas atrocidades. Pessoas corretas não procedem desta forma.

Podemos pensar que o conjunto de obras que aqui analisamos apresentam duas facetas existentes nas narrativas camilianas. Por um lado, elas mostram como, mesmo sem a presença de escravos na metrópole, a escravidão e o tráfico fazem parte do Portugal oitocentista, seja como presença concreta que se materializa em vários aspectos da economia do país, seja como parte do imaginário do período, que, entre outros aspectos, acaba por correta ou erroneamente atribuir a origem de certas fortunas à escravidão. Por outro lado, podemos notar que em uma obra há, mesmo que em forma de farsa, a crítica à maneira como os escravos são tratados, e que em algumas outras há uma proposta de fim da escravidão, mesmo que esta ocorra graças à ação individual de alguns personagens que libertam ou tentam libertar os seus escravos. Tratando de dois romances que analisei em outro texto<sup>14</sup>, *O senhor do paço de Ninães* e *O carrasco de Victor Hugo José Alves*, Inês Pedrosa afirmou que nestas obras “Camilo manifesta-se [...] como um escritor político [...], dá-nos a ver com clareza o sentido político que subjaz à própria ideia de romance” (PEDROSA, 2019, p. 13). Julgo que, ao tirar o véu que encobre a presença da escravidão na realidade do Portugal oitocentista, podemos, nas obras que analisamos, encontrar esta mesma perspectiva política.

## Referências

ALMEIDA, José Evaristo de. *O escravo*. Cabo Verde: Instituto Caboverdiano do livro, 1989.

ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1959, Vol. I.

---

<sup>14</sup> Analisei estes livros na comunicação “Fases da escravidão em romances camilianos: da justiça e da vingança”, que foi apresentada em 2022 no *Colóquio estudos camilianos: estado(s) da arte*. O texto será publicado posteriormente.



BASTOS, José Joaquim Rodrigues de. *A virgem da Polônia*. Porto: Cruz Coutinho, 1860.

BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. Porto: Chardron, 1892.

BROOKSHAW, David. *Race and color in Brazilian literature*. New York-London: The Scarecrow Press, 1986.

BUESCU, Helena Carvalhão. *Dicionário do romantismo literário português*. Lisboa: Caminho, 1997.

CABRAL, Alexandre. O “brasileiro” na novelística camiliana – delineamento para um estudo. In: *Afecto às letras: Homenagem da literatura portuguesa contemporânea a Jacinto do Prado Coelho*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 23-32.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Obras completas* vol. I. Porto: Lello & Irmão, 1982.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Obras completas* vol. II. Porto: Lello & Irmão, 1983.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Obras completas* vol. III. Porto: Lello & Irmão, 1984.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Obras completas* vol. IV. Porto: Lello & Irmão, 1985.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Obras completas* vol. V. Porto: Lello & Irmão, 1986.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Obras completas* vol. VI. Porto: Lello & Irmão, 1987a.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Obras completas* vol. VII. Porto: Lello & Irmão, 1987b.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Obras completas* vol. VIII. Porto: Lello & Irmão, 1988.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Obras completas* vol. XIII. Porto: Lello & Irmão, 1991.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Obras completas* vol. XIV. Porto: Lello & Irmão, 2001.

CASTRILLON, Susanne Maria Lima. *O romance O escravo (1856), de José Evaristo de Almeida no sistema literário português*. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CHALHOUB, Sidney. Literatura e escravidão. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 392-401.

COELHO, Jacinto do Prado. *Introdução ao estudo da novela camiliana*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1982-1983.

CONFORTO, Marília. *O escravo de papel*. Caxias do Sul: Educs, 2012.

COSTA E SILVA, Alberto da. Prefácio. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras: 2018, p. 11-16.

GARRETT, Almeida. *Helena*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1871.

FERRAZ, Maria de Lourdes. *Dicionário de personagens da novela camiliana*. Lisboa: Caminho, 2002.

FERREIRA, José Maria de Andrade. *Curso de literatura portuguesa*. Lisboa: Livraria Editora de Marcos Moreira, 1875.

FERRETTI, Danilo José Zioni. A publicação de “A cabana do Pai Tomás” no Brasil escravista. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 33, n. 61, p. 189-223, jan./abr. 2017.

GOMES, Heloísa Toller. *O negro e o romantismo brasileiro*. São Paulo: Atual, 1988.

GUIMARÃES, Bernardo de. *O ermitão de Muquém*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1875.

HOGAN, Alfredo. *Os mistérios de Lisboa*. Lisboa: Luís Correia da Cunha, 1851-1852.

LOPES, Alberto Francisco Mendes. *Uma leitura do romance O escravo, de José Evaristo d’Almeida*. Dissertação de mestrado – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2010.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *As vítimas algozes*. Rio de Janeiro: Tipografia Americana; Tipografia Perseverança, 1869.

MAROTTI, Giorgio. *Black characters in Brazilian novel*. Los Angeles: University of California, 1987.

MENDES, António de Almeida. Escravidão e raça em Portugal: uma experiência de longa duração. In: *Escravidão e subjetividades no Atlântico luso-brasileiro e francês (Séculos XVII-XX)*. Marseille: OpenEdition Press, 2016. Disponível em: <http://books.openedition.org/oep/1541>

OLIVEIRA, Paulo Motta. Imagens da penúria: de barões, brasileiros, escravos e emigrantes. In: *Ensinar o Brasil a toda a gente*. Lisboa: CLEPUL; Theya, 2018, p. 707-717.

OLIVEIRA, Paulo Motta. Narrativas que viajam: os romances em português editados em Paris. In: ABREU, Márcia. *Romances em movimento: a circulação transatlântica dos impressos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016, v. 1, p. 35-59.

OLIVEIRA, Paulo Motta. Narratives that travel: novels written in portuguese and published in Paris. In: ABREU, Márcia. *The transatlantic circulation of novels between Europe and Brazil, 1789-1914*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2017, p. 203-222.

PEDROSA, Inês. Prefácio. In: CASTELO BRANCO, Camilo. *O carrasco de Victor Hugo José Alves - O senhor do paço de Ninães*. Lisboa: Glaciar, 2019, p. 9-14.

RODRIGUES, António Simões. *História de Portugal em datas*. Lisboa: Temas e Debates, 2007.

SAYERS, Raymond S. *The negro in Brazilian literature*. New York: Hispanic Institute in the United States, 1956.

SAYERS, Raymond S. *O negro na literatura brasileira*. Trad. de Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TAVARES, Eduardo. *Ouro e crime! Mistérios de uma fortuna ganha no Brasil*. Lisboa: Tipografia Lisbonense de Aguiar Vianna, 1855.